



JANEIRO 2022

RELATÓRIO FINAL

Diálogo Brasil-EUA sobre Sustentabilidade e Mudanças Climáticas

Reconhecimentos

Esta publicação faz parte do Diálogo Brasil-EUA sobre Sustentabilidade e Mudanças Climáticas. O Diálogo Brasil-EUA, organizado pelo Brazil Institute do Wilson Center em parceria com Uma Concertação pela Amazônia, tem como objetivo promover o diálogo entre as sociedades brasileira e norte-americana por meio da convocação de atores não governamentais de alto nível interessados em fazer a diferença por meio da colaboração em projetos inovadores e soluções voltadas para o futuro.



Esse programa é viabilizado por meio do apoio e da parceria do Instituto Arapyaú, da Bayer, The Climate and Land Use Alliance e do Instituto humanize.



Este Diálogo não teria sido possível sem o apoio de especialistas que se apresentaram durante cada sessão. Essas pessoas doaram seu valioso tempo e conhecimentos para contribuir com essa iniciativa com a esperança de que ela ajudasse a criar um futuro mais sustentável para o Brasil, os Estados Unidos e o mundo.

Primeira Sessão: O Caminho para a COP26

Ministra Izabella Teixeira, copresidente do Painel Internacional de Recursos e ex-Ministra do Meio Ambiente da República Federativa do Brasil

Thomas Lovejoy, professor do departamento de ciência e política ambiental da George Mason University e membro sênior da Fundação das Nações Unidas para a Ciência, Economia e Meio Ambiente

Segunda Sessão: Investimento Sustentável

Ministro Joaquim Levy, acadêmico do Centro Steyer-Taylor para Política Energética e Finanças da Universidade de Stanford e ex-Ministro da Fazenda da República Federal do Brasil

Nigel Purvis, presidente fundador e CEO da Climate Advisors

Frances Seymour, ilustre membro sênior do World Resources Institute

Terceira Sessão: Agricultura Sustentável

Maria Netto, Diretora Especialista em Mercados Financeiros / Divisão de Conectividade, Mercados e Finanças, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Judson Ferreira Valentim, Pesquisador da Embrapa Acre, e Presidente do Comitê Gestor do Portfólio Da Amazônia / Embrapa

Quarta Sessão: Parcerias com Comunidades Indígenas

Valéria Paye, Diretora Executiva do Fundo Podáali e Assessora Política da COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira)

Carla F. Fredericks, CEO do The Christensen Fund

Agradecemos especialmente ao **Dr. Thomas Lovejoy**, que faleceu em dezembro de 2021. O Dr. Lovejoy deixou um corpo de trabalho que aprofundou a compreensão do mundo sobre a floresta tropical e a importância de preservar a floresta amazônica. Nós todos do Wilson Center sentimos muito a sua falta.

Resumo Executivo

Com a 26ª Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas da ONU (COP26) como cenário, 2021 viu uma clara revigoração das discussões sobre mudança climática global. A repriorização da diplomacia climática pelo governo Biden tornou-se um fator particularmente importante nas relações Brasil-EUA, devido ao papel crítico da Amazônia na limitação do aquecimento global a 1,5 graus centígrados pelos Acordos Climáticos de Paris de 2015.¹ De fato, a urgência de trazer formas sustentáveis de desenvolvimento à escala da Amazônia em parceria com uma variedade de atores locais talvez nunca tenha parecido tão clara em meio a dados recentes do governo brasileiro indicando que as taxas de desmatamento da Amazônia em 2021 atingiram seus níveis mais altos em 15 anos—um fato que o governo Bolsonaro supostamente escondeu até depois da conclusão da COP26.²

Dada a urgência do desafio e a evolução das dinâmicas geopolíticas, o Wilson Center lançou o Diálogo Brasil-EUA sobre Sustentabilidade e Mudanças Climáticas em julho de 2021 em parceria com Uma Concertação pela Amazônia para discutir o potencial de cooperação entre o Brasil e os EUA em quatro áreas-chave: (1) Redução das emissões de carbono; (2) Financiamento da proteção da floresta tropical; (3) Agricultura sustentável; e (4) Parcerias indígenas. Contando com especialistas de todos os setores acadêmicos, públicos, privados, sem fins lucrativos, filantrópicos e de advocacia do Brasil, o Diálogo serviu como um fórum oportuno para trocar perspectivas à medida que a comunidade internacional continua os esforços para galvanizar a ação climática coletiva em 2022 e mais além.

Ao longo das quatro sessões do Diálogo, ficou particularmente claro que a crise climática no Brasil não pode ser adequadamente gerida sem enfrentar as causas socioeconômicas que impulsionam o desmatamento na Amazônia. Políticas focadas em remediar os retrocessos ambientais através do reforço da aplicação da lei continuarão a se mostrar inadequadas se não forem complementadas com novas abordagens socioeconômicas que protegem a biodiversidade, facilitando modos de produção inclusivos. Em uma região onde

¹ Pooja Makhijani, “A world without the Amazon? Safeguarding the Earth’s largest rainforest is focus of Princeton conference,” 23 de outubro de 2019, <https://www.princeton.edu/news/2019/10/23/world-without-amazon-safeguarding-earths-largest-rainforest-focus-princeton>

² Débora Alves, “Sources: Brazil withheld deforestation data ’til COP26’s end,” 19 de novembro de 2021, <https://apnews.com/article/climate-caribbean-environment-brazil-jair-bolsonaro-064dbb71f958ed42aac8ad1c932272fb>



Em uma região onde as taxas de pobreza são quase o dobro da média nacional em mais de 40 por cento, a lógica saída é catalisar o desenvolvimento sustentável que as economias florestais amazônicas evoluirão de forma a avançar na preservação em vez da degradação.

as taxas de pobreza são quase o dobro da média nacional em mais de 40 por cento,³ a lógica saída é catalisar o desenvolvimento sustentável que as economias florestais amazônicas evoluirão de forma a avançar na preservação em vez da degradação. Caso contrário, o desmatamento continuará sem proporcionar à população da Amazônia serviços sociais eficientes e modos sustentáveis de emprego. A situação revela como a boa governança, o emprego remunerado e a entrega de qualidade de vida através do serviço público—ou melhor, a falta deles—são os principais motores tanto da democracia global quanto das crises climáticas.

Outro tema-chave que emergiu foi a profunda desconexão entre a escala do problema do desmatamento e o financiamento que até agora foi desenvolvido para enfrentá-lo. Embora haja muito interesse em investir no desenvolvimento sustentável na Amazônia, a pipeline de desenvolvimento de projetos é muito escassa para atender aos interesses do lado da oferta, particularmente fora do setor energético. Além disso, garantir a responsabilização pelo financiamento que foi entregue continua a ser um grande desafio.

A comunidade internacional e o governo federal brasileiro também precisam melhorar sua abordagem de parcerias com os atores locais da Amazônia. Levando em conta a estrutura federativa do Brasil, o engajamento com comunidades locais, organizações da sociedade civil e funcionários do governo subnacional precisa ser priorizado em todas as fases de desenvolvimento de projetos. De fato, iniciativas como o Consórcio Interestadual da Amazônia Legal que procuram coordenar esforços de desenvolvimento sustentável nos nove estados brasileiros da Amazônia não só têm o potencial de fortalecer as vozes locais e identificar parcerias promissoras na região, como também criar novas estruturas regulatórias de cooperação internacional, bem como entre as autoridades federais e estaduais brasileiras. A capacitação também é particularmente importante para equipar

³Amazônia Legal em Dados, s.d., Acessado em 20 de dezembro de 2021, https://amazonialegalemdados.info/dashboard/perfil.php?regiao=Amaz%C3%B4nia%20Legal&area=Desenvolvimento%20Social__89&indicador=TX_PNAD_POP_POBRES_UF__89&primeiro

melhor os atores locais para solicitar o financiamento de projetos, supervisionar efetivamente a implementação de projetos, realizar avaliação de impacto e obter os conhecimentos necessários para alavancar tecnologias relevantes no sequestro de carbono, por exemplo. Isto talvez não seja mais verdadeiro do que nas organizações indígenas locais, que continuam a buscar novos e maiores espaços para engajarem-se em negociações climáticas multilaterais e nas principais iniciativas de financiamento climático como líderes de algumas das comunidades mais experientes e afetadas por mudanças climáticas da Amazônia brasileira.

A COP26 forneceu uma plataforma para governos, empresas e organizações da sociedade civil de todo o mundo para discutir o estado do clima global e debater o caminho a seguir. Embora a cúpula tenha alcançado acordos importantes, também ficou claro que, coletivamente, ainda não estamos fazendo o suficiente para evitar os piores impactos das mudanças climáticas. A COP26 foi um ponto de reflexão, mas agora a ação deve prevalecer. Para este fim, em cada uma das sessões do Diálogo, uma série de recomendações políticas foi cristalizada. Essas recomendações não afirmam ser abrangentes, mas identificam algumas das principais barreiras para o combate ao desmatamento e à degradação na Amazônia brasileira. Como tal, elas oferecem orientações valiosas para o caminho a seguir.





Recomendações de Políticas

Sessão 1: Reduções de emissões de carbono

- 1. O desenvolvimento sustentável de longo prazo da Amazônia requer parcerias dedicadas e investimento significativo em vez de mera filantropia.** A conservação florestal depende da melhoria dos meios de subsistência. Porém, a transição para soluções autossustentáveis e rentáveis focadas na natureza no Brasil será cara. O governo dos EUA deve priorizar assumir um papel de coordenador e validador para ajudar a orientar o capital do setor privado neste esforço, particularmente no contexto de projetos piloto de pequena escala ou introdutório.
- 2. O governo federal brasileiro não deve ser o único interlocutor da comunidade internacional em questões de redução das emissões de carbono na Amazônia.** Uma colaboração mais forte com a sociedade civil, o setor privado e os governos subnacionais nos estados amazônicos deve ser uma prioridade. Embora existam dúvidas genuínas sobre a capacidade técnica e casos de corrupção a nível de governo subnacional que exigirão supervisão rigorosa e avaliação de impacto, o potencial de redução de emissões com esse engajamento pode ser significativo se os atores não federais puderem ajudar a fortalecer os esforços para melhorar a transparência, o monitoramento e a emissão de dados. Como já mencionado anteriormente, um esforço notável neste sentido que merece o engajamento internacional é o Consórcio Interestadual da Amazônia Legal.

Consórcio Interestadual da Amazônia Legal

Fundado em 2019 pelos governadores dos nove estados brasileiros da Amazônia, o Consórcio Interestadual da Amazônia Legal é uma iniciativa subnacional multipartidária e inovadora que reconhece a necessidade urgente de desenvolvimento socioeconômico sustentável na Amazônia brasileira. Ao coordenar propostas de projetos entre os nove estados, os governadores procuram promover um plano abrangente com a adesão política local que possa atrair financiamento nacional, internacional e multilateral.

O Consórcio lançou o Plano de Recuperação Verde (PRV) em julho de 2021 com quatro objetivos principais: (1) reduzir o desmatamento ilegal a zero até 2030; (2) combater as desigualdades de renda, raça e gênero, bem como o acesso a serviços públicos e infraestrutura básica; (3) gerar crescimento de empregos nas áreas florestais, rurais e centros urbanos; e (4) fazer uma transição para uma economia verde através do aumento da capacidade tecnológica e do potencial de exportação. Esta ambiciosa iniciativa contará com uma relação de colaboração entre o governo federal e estadual, a sociedade civil, acadêmicos e o setor privado para atrair investimentos nacionais e internacionais substanciais, ao mesmo tempo em que apoia uma Amazônia mais neutra e bem preservada em termos de carbono. Somente na primeira fase, o PRV prevê um total de 43 projetos, totalizando R\$1,5 bilhões.

Se for bem sucedida, a abordagem coordenada do Consórcio poderá colher benefícios substanciais no longo prazo como uma nova estrutura de como os atores internacionais podem apoiar iniciativas de desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira em nível subnacional. O resultado final da primeira fase de projetos será uma importante prova de conceito, já que alguns estudos sugerem que as propostas iniciais poderiam gerar quase R\$2 bilhões e mais de 208.000 empregos, ao mesmo tempo em que facilitaria a transição para uma economia de baixo carbono.

- 3. A pipeline para projetos de desenvolvimento sustentável em escala na Amazônia é totalmente inadequada.** Existe uma demanda significativa vinda dos EUA e de outros investidores estrangeiros por uma pipeline verificada de projetos de redução de emissões em larga escala no Brasil—semelhante ao que os investidores já encontram nos setores de logística e energia—mas a infraestrutura local do lado da oferta para absorver eficientemente essa demanda por projetos de desenvolvimento sustentável não existe atualmente. O desafio da pipeline não limita-se apenas a identificar projetos escaláveis mas também decorre de uma falta de clareza sobre como a Amazônia será integrada na ambição climática mais ampla do Brasil de alcançar emissões zero líquidas até 2050, bem como uma falta de estruturas sofisticadas de governança e responsabilização na região para facilitar mecanismos de redução de emissões baseados no mercado. Todos esses fatores impulsionam o receio dos investidores, mas a assistência de capacitação das partes

interessadas dos EUA e outros pode ajudar a superar algumas das lacunas de credibilidade para facilitar o aumento de investimentos privados no Brasil.

- 4. Integrar iniciativas baseadas em projetos com abordagens subnacionais/jurisdicionais para redução de emissões é fundamental para a ambição climática.** Embora os mercados de carbono tendem a se concentrar em projetos específicos devido à sua relativa agilidade, há uma clara necessidade de que intervenções em todas as escalas sejam melhor integradas para maximizar a gama diversificada de financiadores disponíveis e enfrentar os desafios sobre adicionalidade, vazamento, contagem dupla e muito mais. Investimentos em projetos individuais podem ajudar a impulsionar a capacidade e o financiamento para apoiar programas maiores e jurisdicionais. Da mesma forma, o suporte técnico em nível jurisdicional para forjar parcerias internacionais e privadas—como a coalizão global de redução de emissões por meio de financiamento acelerado de florestas (LEAF, na sigla em inglês)—pode incentivar projetos que utilizam sistemas de medição, informação, e verificação (MRV, na sigla em inglês) mais robustos e assim contribuir melhor para a contabilidade nacional de emissões.

LEAF

Em abril de 2021, os Estados Unidos, o Reino Unido e a Noruega — junto com uma série de grandes empresas — lançaram a Coalizão LEAF, uma iniciativa baseada em resultados que fornecerá financiamento para projetos que reduzem as emissões de carbono por desmatamento e/ou degradação (REDD+).

Para se qualificar para receber parte do US \$1 bilhão inicialmente prometido por meio da Coalizão LEAF, as jurisdições — países inteiros ou grandes estados e províncias — devem demonstrar um foco na REDD+, bem como garantir a “plena e efetiva” participação das comunidades tradicionais. Como tal, a LEAF fornece um quadro promissor para a colaboração global com jurisdições subnacionais. Os pagamentos serão baseados nas reduções de emissões vinculadas a programas que reduzem o desmatamento e a degradação de 2022-2026. As jurisdições devem mostrar que o desmatamento caiu em todo o território para receber financiamento.

Reduções a nível jurisdicional, por meio de programas nacionais ou subnacionais de proteção florestal, serão verificadas pela iniciativa internacional Arquitetura para Transações REDD+ (ART) de acordo com o Padrão de Excelência Ambiental REDD+ (TREES) apoiado pela ONU, que inclui salvaguardas ambientais e sociais compreensivas. Os créditos de alta qualidade resultantes podem ser vendidos às empresas participantes, para ajudar a compensar suas emissões.

A iniciativa LEAF é caracterizada por altos padrões tanto na medição das reduções de emissões e em como governa a maneira que as empresas podem complementar seus próprios cortes de emissões internas investindo em projetos de preservação de florestas tropicais. A iniciativa exige que as empresas se comprometam com métodos de base científica para medir as emissões de carbono e ajudar a evitar a lavagem verde (greenwashing) por meio dos mercados de carbono — algo que deve ser motivo de preocupação tanto para o Brasil quanto para os Estados Unidos. A iniciativa LEAF também exige que as empresas participantes tenham um plano claro para reduzir suas emissões internas. Em outras palavras, as empresas devem reduzir e compensar — com relatórios externos e requisitos de auditoria para verificar a conformidade.





Sessão 2: Financiamento da Proteção de Florestas Tropicais

1. **O financiamento florestal nunca foi tão crítico para a luta climática mais ampla. Em todo, 25 por cento da Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada (INDC) consagrada na COP26 dependerá da conservação ou restauração florestal, mas apenas 3 por cento das finanças globais de mitigação climática foram gastas na proteção florestal.**⁴ Um problema fundamental é que o financiamento florestal evoluiu em dois vácuos separados com pouca sobreposição. Quebrar barreiras para melhor fundir capital privado e público é essencial para atrair financiamento na escala necessária. Os formuladores de políticas devem permitir que os governos nacionais e subnacionais acessem o crédito privado por meio de mercados voluntários de carbono para pagamentos baseados em resultados com base em reduções de emissões ou remoção de carbono nas florestas. Finalmente, dada a sua capacidade de participação no mercado, o Brasil também está bem posicionado para se beneficiar dos mercados de carbono internacionais regulamentados e os Estados Unidos poderiam ajudar o Brasil a aproveitar seu potencial através de investimentos, cooperação técnica e capacitação.

⁴ David Giggs, Nancy Harris, e Frances Seymour, “By the Numbers: The Value of Tropical Forests in the Climate Change Equation,” 4 de outubro de 2018, <https://www.wri.org/insights/numbers-value-tropical-forests-climate-change-equation>

- 2. O financiamento internacional para florestas requer uma abordagem integrada e em camadas que combina vários tipos de capital com ferramentas inovadoras e novos mecanismos para avaliar e agregar pequenos projetos em oportunidades de investimento "grandes o suficiente".** Pequenos agricultores e comunidades indígenas na Amazônia lutam para atrair investimentos porque os investidores internacionais geralmente buscam escala, o que pode limitar o capital disponível para projetos florestais. Uma solução promissora é capacitar e apoiar empresas especializadas em projetos de investimento em carbono florestal, como o Amazon Biodiversity Fund, que é um fundo de impacto financeiro que investe em negócios sustentáveis da Amazônia e foi criado em parceria com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID, na sigla em inglês). Iniciativas como o Amazon Biodiversity Fund podem avaliar e agregar possibilidades de investimento local e, portanto, servir como um importante elo com o capital internacional.

- 3. A expansão dos mecanismos para canalizar o financiamento florestal será insuficiente se o financiamento permanecer inacessível aos governos e comunidades locais.** É preciso dar uma atenção significativa para a prontidão da "última milha" para garantir que os mais impactados pela degradação florestal tenham acesso ao financiamento e ao crédito. À medida que as iniciativas internacionais de investimento avançam, uma recomendação fundamental é fornecer financiamento específico às organizações locais para desenvolvimento e avaliação de projetos, bem como assessoria técnica e jurídica. Se mecanismos de financiamento como a coalizão LEAF continuarem a não fornecer assistência técnica e suporte de capacitação para atores locais, uma solução seria trazer um grupo terceiro de forma permanente para preencher essa lacuna. Tal terceiro poderia tomar qualquer número de formas, incluindo um Fundo Amazônia revitalizado.



Amazon Biodiversity Fund

O Amazon Biodiversity Fund (ABF) é um fundo de investimento de impacto apoiado pela Mirova Natural Capital como consultora de investimentos e Vox Capital como administradora de fundos. Criado em 2019, o ABF foi projetado em parceria com a USAID Brasil, Alliance of Bioversity-CIAT e outros membros da Plataforma de Parcerias para a Amazônia (PPA). O mandato do ABF é de 11 anos, com os cinco anos iniciais servindo como um período de investimento.

A expectativa do ABF é de superar alguns dos desafios tradicionais de financiamento enfrentados pelas iniciativas de desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira. Ele oferece financiamento de menor risco a longo prazo, pacientes e flexíveis de menor risco para prestadores de serviços em projetos agroflorestais, agrícolas, e de áreas protegidas favoráveis à biodiversidade. Em apenas alguns anos, a abordagem única do ABF já ajudou a lançar as bases para uma promissora prova de conceito com potencial real para replicação e expansão.

Em 2021, o fundo assinou contratos com três empresas que impactam a Amazônia, totalizando investimentos de cerca de US\$ 3,2 milhões: INOCAS, uma empresa de soluções ambientais que aplica um novo conceito ao uso de pastagens por pequenos produtores, Manioca, um negócio que promove produtos alimentícios amazônicos, e Horta da Terra, um produtor de plantas alimentícias desidratadas não-convencionais.

O Amazon Biodiversity Fund foi premiado como o fundo de investimento de impacto do ano em 2020 pelo site Ciência Ambiental.



Sessão 3: Agricultura Sustentável

1. Com os sistemas alimentares atualmente responsáveis por cerca de 80 por cento da perda global de biodiversidade, e pesquisas mostrando que a agricultura e a pecuária são as maiores causas da conversão da floresta amazônica, **a agricultura sustentável e o fim da apropriação ilegal de terras públicas devem ser elementos centrais de qualquer abordagem que visa alternativas econômicas escaláveis e inclusivas aos atuais principais impulsionadores do desmatamento.** Considerando que a sub-região amazônica está na parte inferior dos índices globais e nacionais de desenvolvimento humano, a redução do desmatamento está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento econômico e, portanto, exige o envolvimento efetivo do setor privado como parte da solução. Iniciativas promissoras nessa área incluem a intensificação da produção sustentável entre pequenos agricultores, a restauração de pastagens anteriormente degradadas e maior rastreabilidade nas cadeias de fornecimento de produtos.
2. **Fornecer capacitação técnica e gerencial às comunidades locais para ajudar na implementação de práticas agrícolas, pecuárias e florestais mais sustentáveis e inovadoras é fundamental.** As principais áreas de foco amplificado devem incluir educação, programas de treinamento técnico, serviços de extensão e pesquisa participativa, além de programas para facilitar o compartilhamento de informações entre os agricultores. O potencial de cooperação Brasil-EUA é particularmente maduro neste espaço e pode se basear ainda mais na cooperação existente entre a empresa brasileira de pesquisa agropecuária (Embrapa), o Departamento de Agricultura dos EUA, a USAID, o Banco Interamericano de



Desenvolvimento (BID) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (IBRD).

- 3. Financiadores e formuladores de políticas precisam lidar com os fluxos limitados de financiamento disponíveis para pequenos empreendedores e agricultores para mudar seus comportamentos.** Uma recomendação é ampliar e simplificar o acesso ao crédito rural e aos empréstimos para pequenas empresas. A reforma do programa de crédito rural do Brasil também poderia servir como um canal para atrair capital privado para financiar práticas agrícolas sustentáveis, especialmente se as instituições financeiras brasileiras assumirem um papel de coordenação em termos de fluxos de capital e assistência com mitigação de riscos de empréstimos em pequena escala.



Sessão 4: Parcerias com Comunidades Indígenas

1. **O direito dos povos indígenas à autodeterminação—particularmente em termos de apoio à sua própria tomada de decisão—deve se tornar uma prioridade em todas as discussões sobre política de sustentabilidade e instrumentos de financiamento.** Embora cerca de um quarto da Amazônia brasileira seja composta por terras indígenas—e comunidades indígenas tenham administrado a floresta de forma sustentável por séculos—os representantes indígenas foram há muito tempo excluídos das discussões relevantes das partes interessadas. Uma recomendação particularmente importante para garantir a autodeterminação e inclusão de povos indígenas é através do desenvolvimento mútuo de estruturas de governança robustas que atendam às necessidades conjuntas de projetos das comunidades indígenas e financiadores internacionais, em vez de apenas esta última.
2. **Em conjunto com o direito à autodeterminação, financiadores e organizações internacionais também precisam garantir que o financiamento do desenvolvimento sustentável realmente atinja organizações indígenas e projetos liderados por povos indígenas.** Isso exigirá que a cascata de interlocutores que tipicamente serviram como barreira aos investimentos em sustentabilidade na Amazônia brasileira se tornem acessíveis aos povos indígenas, mesmo em casos de programas passados bem-sucedidos como o Fundo Amazônia. Outra solução é apoiar a criação de mecanismos e recursos de investimento de propriedade indígena, como o Fundo Podáali, criado por meio de oficinas entre as comunidades indígenas da Amazônia, parceiros governamentais e não governamentais e doadores para criar uma estrutura de governança que refletisse as formas de governança indígenas.



Podáali Fund

Podáali significa "doar sem querer nada em troca" na língua arawak do povo Baniwa do Norte do Brasil. O Fundo Podáali apoia a autodeterminação indígena e busca capacitar as comunidades locais que gerenciam terras brasileiras de forma sustentável há milhares de anos para continuar a fazê-lo. A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) teve a ideia inicial desse Fundo, que levou mais de seis anos de planejamento e negociação até sua inauguração oficial em 2017.

O Fundo Podáali foi criado por meio de uma série de oficinas entre os povos indígenas da Amazônia, parceiros e doadores governamentais e não governamentais. Essas consultas levaram à criação de uma estrutura de governança que reflete formas indígenas de organização e tomada de decisão. O fundo também facilita o financiamento de muitos projetos indígenas de escala menor e de base rural, que não teriam sido alcançados por fundos internacionais maiores.

Os atuais doadores incluem o governo da Noruega, a Ford Foundation, a Conservation Internacional e o Fundo Pawanka, entre outros. Uma lista maior de fundos liderados por povos indígenas pode ser encontrada no site do International Funders for Indigenous People (IFIP). O IFIP é o único grupo global de afinidade de doadores dedicado exclusivamente aos povos indígenas em todo o mundo.

- 3. O governo dos EUA e a comunidade internacional também têm um papel importante a desempenhar para ajudar a enfrentar obstáculos não financeiros para uma maior participação indígena na sustentabilidade e nas negociações climáticas**, deixando claro que o empoderamento das vozes indígenas em espaços de poder é inegociável—sejam esses espaços de convenções da ONU ou deliberações de financiadores sobre requisitos de programas de sustentabilidade. A Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP, na sigla em inglês) é um modelo notável de como aumentar o envolvimento indígena nos debates climáticos internacionais.

About the Brazil-U.S. Dialogue on Sustainability and Climate Change

O Diálogo Brasil-EUA é uma iniciativa para promover uma colaboração mais forte entre as sociedades brasileira e norte-americana acerca do desmatamento na Amazônia e no desenvolvimento sustentável. Isso inclui a criação de um espaço neutro e seguro para o diálogo construtivo que reúna diversos setores da sociedade e a facilitação de uma discussão focada no que é possível e o que será eficaz em termos de desenvolvimento e conservação de baixo carbono no Brasil.




One Woodrow Wilson Plaza
1300 Pennsylvania Avenue, N.W.
Washington, DC 20004-3027

 www.wilsoncenter.org/program/brazil-institute

 brazil@wilsoncenter.org

 facebook.com/brazilinstitute

 [@brazilinst](https://twitter.com/brazilinst)

 202.691.4147

